

12



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FAFE,
REALIZADA NO DIA TRINTA DE ABRIL DE DOIS MIL E QUINZE**

-----Aos trinta dias do mês de abril de dois mil e quinze, reuniu a Assembleia Municipal de Fafe, em sessão ordinária, com a presença do **Presidente da Mesa** – Laurentino Dias, o **Primeiro Secretário** – Manuel Santos e a **Segunda Secretária** – Sílvia Soares. Verificada a existência de quórum, pelo Presidente da Assembleia Municipal foi declarada aberta a sessão quando eram vinte e uma horas e trinta minutos.-----

-----Seguidamente, pelo **Presidente da Mesa**, foram anunciados os seguintes pedidos de *suspensão*: pelo período de trinta dias José Augusto Rodrigues de Sousa, Armando Cunha Pereira Mota e Susana de Fátima Amorim Cortez de Almeida, eleitos pelo PSD e pelo período de três dias, Raquel Manuela Salgado Sousa, eleita pelo PS.-----

-----Pedi a *substituição*, pelo período compreendido entre 29/04/2015 a 04/05/2015, Manuel Fernando Marinho Alves, eleito pelos IPF, pelo respetivo Secretário, Fernando Paulo Teixeira Soares, o Presidente da Junta de Fafe; pelo respetivo tesoureiro, João António Magalhães Gomes, a Presidente da Junta de Medelo; e por fim, pelo tesoureiro, Florêncio Sérgio Pereira Teixeira, o Presidente da Junta de Fornelos. -----

-----Colocados a votação, **foram aprovados, por unanimidade.**-----

-----Tomaram assento os elementos que se seguiam na respetiva lista, por se encontrarem presentes na sala, registando-se a presença de cinquenta e um Membros.-----

-----Posteriormente, o **Presidente da Mesa** procedeu à leitura do expediente da Assembleia que ficou à disposição dos Membros para que, querendo, o consultassem. -----

-----Seguidamente, o **Presidente da Mesa**, comunicou à Assembleia a existência de quatro votos de Pesar: - o primeiro, apresentado por Diamantino Oliveira Lopes, pelo falecimento de Adriano da Cunha Pereira, agente ativo do Corpo Nacional de Escutas, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, sendo **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Seguidamente, foi apresentado o segundo, subscrito pelo PS, pelo falecimento do Comendador António Fernandes Barros, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----Posteriormente, o terceiro, também, subscrito pelo PS, pelo falecimento de José Mariano Pires Gago, ilustre e dedicado servidor público, tendo-se procedido, de imediato, à sua leitura.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

- Por fim, um voto de pesar, também, subscrito por membros do PS, pelo falecimento de Manuel Cândido Pinto de Oliveira, cidadão de elevado mérito artístico. De seguida, procedeu-se à leitura do mesmo.-----

-----Colocado a votação, foi **aprovado, por unanimidade.**-----

-----De seguida, passou-se ao **período de intervenções.**-----

-----Tomou a palavra **Miguel Summavielle**, eleito pelos IPF, para lembrar que continua a verificar-se descargas ilegais em Calvelos, o que constitui um crime ambiental e, portanto, uma situação a levar em consideração. Relativamente ao evento denominado Terra Justa, considerou-o notável e ter cumprido todos os objetivos estabelecidos. Sobre a revisão do Plano Diretor Municipal, apontou vários aspetos que, a seu ver, deveriam ser melhorados, nomeadamente a Quinta de Espanha (zona atrás do Cemitério Municipal de Fafe) que não foi incluída na zona de expansão urbana, e a ampliação da zona industrial do socorro, que deveria ter ido mais além, bem como a zona industrial de Arões. Relativamente à pista de cicloturismo, entende que a mesma não foi devidamente protegida. Por último e relativamente ao relatório definitivo da Inspeção Tributária, referiu que o mesmo se coaduna com o relatório prévio apresentado mantendo a nulidade do licenciamento do prédio da Sacor. Questionou se esta Autarquia vai adquirir alguma loja naquele prédio, porquanto, tal suspeição existe no público em geral.-----

-----De seguida, tomou a palavra o **Presidente da Freguesia de Moreira e Várzea Cova** que iniciou a sua intervenção congratulando-se com a apresentação do relatório sobre a atividade desenvolvida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Fafe, referindo, ainda, a dificuldade que a Comissão sente para desenvolver esse trabalho, agora agravado com o novo mapa judiciário, que transferiu todos os processos de família e menores do

tribunal de Fafe para Guimarães. Acerca do atual mapa judiciário referiu, ainda, que a Autarquia deveria intervir junto da Ministra da Justiça, no sentido de dotar a comarca de Fafe duma instância central de família e menores, com sede neste Município e com competência nas áreas dos municípios de Fafe, Celorico, Cabeceiras e Guimarães.-----

-----Seguidamente foi dada a palavra a **José Augusto Pereira Rodrigues**, eleito pelo PSD, que iniciou a sua intervenção prestando um reconhecimento público ao Senhor Presidente da Câmara e ao Vereador do Urbanismo, Eugénio Marinho pelo trabalho que foi feito, no âmbito do PDM, que está pronto a ser implantado, já com discussão pública feita, ficando comprovado a prioridade máxima que o mesmo representava para este executivo, bem como aos técnicos envolvidos neste processo. Prosseguiu dizendo que houve, durante a discussão pública, a apresentação de cerca de quinhentas reclamações e que espera que sejam tratadas com especial atenção, para que não hajam, de modo algum, entraves. Teceu, ainda, vários comentários políticos. Colocou questões sobre o evento nacional “Terra Justa”, dizendo reconhecer a ideia e entender que a mesma foi ótima, no entanto, quanto à organização não concordou com o modelo seguido. No primeiro dia, na homenagem ao Senhor Cardeal, as portas abriam tardiamente, com um pedido de desculpas público do Senhor Presidente, prossequindo dizendo que não foi apropriado o horário em que os palestrantes e os oradores se deslocaram aos cafés para as palestras, porque coincidiu com o horário de trabalho da maior parte das pessoas, o que impossibilitou a sua participação. Disse desconhecer quais tinham sido os critérios para a escolha dos oradores, o mesmo em relação às instituições que foram homenageadas. Solicitou, também, informação sobre o montante despendido pelo Município. Sobre o edifício da Sacor e a inspeção, disse que ficou demonstrado que alguém errou, porventura contra o parecer técnico emitido, e pretende saber o que se poderá fazer para corrigir este problema.-----

-----Usou da palavra **Alexandre Leite, eleito pela CDU**, que iniciou a sua intervenção sobre o “Terra Justa” dizendo que foram públicas as críticas da CDU a esta iniciativa, tendo sido emitido um comunicado onde, entre outras coisas, se criticava a presença de alguns convidados que tinham um passado pouco condizente com os valores da humanidade, a excessiva colagem à igreja

católica, bem como a ideologia que atravessou o evento. Prosseguiu dizendo que, no calendário, este evento ficou entre a Páscoa e o 25 de abril mas, ideologicamente, ficou muito mais próximo da Páscoa do que do 25 de abril. Afirmou que, também, houve alguns aspetos positivos, como a ideia de discutir as injustiças do mundo, de cruzar opiniões diversas, e fazê-lo em cafés, em espaços públicos abertos a toda a gente e participação livre. As próximas edições terão muita coisa a melhorar. Sobre a organização, teceu vários comentários, solicitou esclarecimentos sobre a parceria com o Jornal de Notícias e a TSF nomeadamente, sobre as contrapartidas dadas para que fosse feita a cobertura mediática; sobre as contas deste evento, que já deveriam ser conhecidas; sobre o preço do monumento de granito das mensagens; da segurança privada; da publicidade e dos outdoors colocados.--

-----Solicitou a palavra **Alexandre Daniel Freitas Peixoto, eleito pelos IPF**, para comunicar a existência de uma lixeira na rua da Pocinha, na freguesia de Quinchães e pedindo autorização para entregar fotografias à mesa, onde se pode verificar a existência, no local, de tudo um pouco; desde peças automóveis, a entulho da construção civil, a roupas, etc... pelo que solicitou a intervenção da Câmara, para a resolução do problema.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Revelhe** que iniciou a sua intervenção dizendo que a Câmara organizou de 8 a 11 de abril o evento Terra Justa, um encontro internacional que pretendeu alertar, provocar e envolver os cidadãos para a importância das causas e valores da humanidade. Ao longo de quatro dias, a cidade de Fafe foi a terra justa, capital de calores e causas, com conferências, tertúlias de café, com convidados nacionais e internacionais, exposições de rua, teatro de rua, debates, música, entre outras atividades. Nesta primeira edição, foram homenageados duas individualidades, o Cardeal Hondurenho Óscar Maradiaga, Presidente da Cáritas Internacional e Maria de Jesus Barroso Soares, presidente da Fundação Pro-Dignitate e, ainda, duas ONG's internacionais, Médicos do Mundo e Amnistia Internacional. Continuou, dizendo que, passaram por esta iniciativa diversas individualidades, tais como, José Lamego, da OIKOS, Graça Morais, artista plástica, Sampaio da Nova, professor catedrático da Universidade de Lisboa, Padre Vítor Melícias, Frei Fernando Ventura, franciscano capuchinho, intérprete na Comissão Teológica Internacional da

Santa Sé, Freitas do Amaral, ex-presidente da Assembleia Geral da ONU, Vitor Ramalho da União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa, Inês Fontinha, Mafalda Ribeiro, Roberto Chichorro, Felisbela Lopes, David Pontes, Sandra Sá Couto, entre muitos outros. E que para além dos homenageados e representantes internacionais das ONG's, foram, ainda, convidadas outras figuras internacionais como Jacqueline Tobiass, Presidente do Instituto para as Relações Culturais Baleares/Israel e Abdool Vakil, professor universitário em Londres, especialista no Islão e Vlavianos Arvantis, presidente da ONG Biopolitics Internacional Organization, e candidato a Prémio Nobel da Paz. O centro da cidade de Fafe foi palco de um caminho das causas, uma exposição de arte pública que pretendeu alertar, sensibilizar e envolver as pessoas para as grandes causas da humanidade e para problemáticas que muitas vezes ignoramos no nosso dia a dia. Exposição essa que será inaugurada em Lisboa, a seis de maio, por solicitação da Universidade de Lisboa e do Observatório de Liberdade Religiosa em Portugal. As tertúlias de café e teatro de rua fizeram deste evento, durante os vários dias, uma iniciativa próxima das pessoas, envolvendo-as e alertando-as para a necessidade de nunca deixar de parte a reflexão em torno das questões deste tempo, com as quais nos deparamos diariamente. No centro da cidade, foi criado um monumento onde se guardam mensagem das personalidades e organizações homenageadas e que serão tornadas públicas daqui a vinte e cinco anos, ato simbólico que pretende manifestar a necessidade de que nunca se abdique de fazer a discussão dos valores e das causas que inquietam e transformam os tempos de hoje. Prosseguiu dizendo que, como referiu o Presidente da Câmara, os fafenses fizeram desta iniciativa um enorme sucesso, pela forma como acolheram o evento e a justiça de Fafe saiu claramente reforçada e valorizada com este projeto. Fafe foi notícia nas televisões, nas rádios e jornais nacionais e regionais, por bons motivos. A projeção da imagem do nosso território nos media nacional, obteve um retorno avaliado em mais de oitocentos mil euros, tendo também um ganho assinalável, sobretudo os agentes económicos locais da restauração, da hotelaria e das casas de turismo rural. Mas, se o impacto económico foi inquestionavelmente alcançado, também foi amplamente conseguida a centralidade de Fafe, no que toca à promoção das causas e valores da Humanidade, sendo hoje o local onde universitários, políticos,

artistas, organizações não governamentais de âmbito social, religioso e cultural pretendem ver continuada a iniciativa. Terminou saudando, por isso, o executivo e em particular o Senhor Presidente pela iniciativa esperando que a mesma se repita e ganhe cada vez mais escala a nível nacional e internacional.

-----Tomou a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo IPF**, que iniciou a sua intervenção dizendo ao Senhor Presidente da Câmara que a sua qualidade de vida, enquanto cidadão de Fafe, há uns tempos para cá, tem melhorado, referindo-se à execução do saneamento na rua António Aleixo, lamentando o fato de não terem sido avisadas as pessoas sobre a natureza das obras e de não se ter aproveitado a abertura da vala para a instalação de gás natural, que está a vinte metros daquela rua. Sobre a Terra Justa, que já foi aqui muito falada, disse que quando a sua terra é falada pelos jornais e por boas razões, fica orgulhoso de ser de Fafe, apenas questionou sobre uma próxima edição se não será de repensar a forma como se juntam as pessoas, como se chega a elas para que as mesmas participem e talvez tivesse sido como forma, também, de pôr mais gente a trabalhar neste evento, que tivesse sido organizado um concurso de ideias para a criação do monumento, não teria sido uma má ideia.-----

-----Seguidamente usou da palavra, **Rui Sandro Novais da Silva, eleito pelo PSD**, dizendo que concorda com a forte intervenção deste executivo junto da comunicação, pois nos anteriores executivos a informação não chegava às pessoas, o que agora não acontece. Nessa perspetiva, estranha ainda não ter ouvido falar das Feiras Francas, tendo questionado o Presidente da Câmara sobre o plano existente para este ano, qual o tipo de organização, se é ou não a Cofafe a organizar, se é o executivo ou se vai ser criada uma comissão. Aproveitou para falar, também, sobre a organização das festas da Cidade e uma vez que hoje é dia do associativismo, seria importante aproveitar o leque de associações que este município possui, uma vez que são elas quem conhece os costumes, a nossa tradição, proporcionando assim uma festa de Fafe para Fafe e não uma festa de uma entidade externa para os Fafenses. A nível desportivo, deu um voto de louvor a Associação Desportiva de Fafe, nomeadamente na modalidade de futebol sénior, pelo excelente campeonato que realizaram esta época e deixou uma sugestão a este executivo, tendo em conta que o próximo quadro comunitário está quase a abrir e tendo em conta a

necessidade de melhorar as infraestruturas do Parque Municipal de Desportos, se houver uma possibilidade de enquadrar essas obras seria de aproveitar. Atendendo que se está a menos de um mês de um grande acontecimento desportivo internacional, não poderia deixar de falar do Rallye de Portugal, uma prova que este ano vai ser oficial e que vai voltar a mobilizar não só os fafenses, mas imensos portugueses para as nossas serras. Questionou o Presidente da Câmara sobre a existência, ou não, de um plano de estratégia, não só para a segurança e condições de higiene e limpeza das nossas serras, mas também para criar uma forte intervenção de desenvolvimento para o comércio local que atraia este turismo. Terminou dizendo ao Presidente da Câmara que, ainda não havia um pontapé de partida da Casa da Juventude, ainda não foi criada a comissão para a sua constituição essencial para dar auxílio aos jovens, apoiar o emprego jovem, entre outros.-----

-----Por fim foi dada a palavra a **Joaquim Magalhães, eleito pelos IPF**, que começou dizendo o sucesso dos objetivos traçados pelas empresas ou instituições, sejam elas privadas ou públicas, depende em grande parte da motivação, do respeito e consideração que se têm pelos seus colaboradores, isto a propósito de uma questão que foi levada na última reunião de câmara sobre a polícia municipal, intervenção efetuada pelo Vereador Eugénio Marinho onde dizia que os polícias municipais tinham medo de determinados cidadãos, que estavam encostados aos postes, não serviam para nada, entre outros adjetivos, denegriu a imagem dos efetivos da polícia municipal individualmente, da força policial e de um serviço ao qual também tem responsabilidades porque pertence a este executivo. Prosseguiu dizendo que espera que, no mínimo, o Vereador Eugénio Marinho peça desculpa pelo excesso cometido, no que diz respeito ao Vereador Vítor Moreira, responsável direto pela polícia municipal, que demonstrou na reunião concordar com tudo aquilo que foi dito, o que lhe pareceu estranho. Acrescentou ainda que, se não tem condições ou poder para comandar, organizar ou estruturar, só terá um caminho a seguir; pedir a recusa desse pelouro, para não dizer, pedir a renúncia do mandato. Continuou afirmando que já não terá condições de tomar qualquer decisão, tomar uma atitude para salvaguardar o bom nome dos agentes, bem como, da polícia municipal. Acrescentou que não se pretende uma polícia municipal repressiva, perseguidora dos cidadãos, mas sim uma polícia municipal e seus agentes

motivados e ativos no apoio e na prevenção, mas também, no que está legislado pela Câmara e Assembleia Municipal, fazendo cumprir os seus regulamentos. Se os agentes andam desmotivados deveriam acontecer regularmente reuniões com o Vereador responsável para averiguar o motivo, mas também compete ao executivo, no geral, estar atento. Na perspectiva deste executivo, a policia municipal não serve para fiscalizar o recinto da feira municipal tendo contratado uma força de segurança privada, não terá sido esta decisão um motivo de desautorização e abandono do papel que a policia municipal devia desempenhar. Acerca deste assunto, continuou a tecer vários comentários políticos.-----

-----Solicitou a palavra o **Vereador Eugénio Marinho**, para defesa da honra, acerca do que acabou de ser dito, um conjunto de insinuações e afirmações inadmissíveis de um deputado da Assembleia que não esteve presente na reunião de Câmara, tecendo vários comentários políticos. Explicou que este assunto foi trazido à reunião pelo Vereador Parcídio Summavielle, pelo fato de um jipe da polícia municipal ter passado na praça 25 de abril, onde se encontravam carros mal estacionados e a mesma nada fez. Prosseguiu dizendo que nada retirava daquilo que tinha efetivamente dito.-----

-----Foi dada a palavra ao **Vereador Vitor Moreira** que esclareceu que nunca disse que concordava com o que foi dito e que estaria sempre presente para assumir as suas responsabilidades.-----

-----De seguida uso da palavra ao **Presidente da Câmara** que prestou os seguintes esclarecimentos:-----

-----Quanto à poluição, existe uma preocupação do Município relativamente às empresas cuja atividade pode vir a ser poluente, para que as mesmas melhorem e se reduza as probabilidades de poluição, o que não significa querer encerrar empresas mas obrigar as mesmas a melhorar alguns aspetos. Relativamente à poluição do rio, afirmou que o Município está atento, foi realizada uma reunião com os departamentos do ambiente e existe um conjunto de ações programadas para o próximo mês no sentido de aumentar a fiscalização, de juntar as entidades envolvidas.-----

-----Relativamente ao "Terra Justa", começou por agradecer as todos as pessoas que de uma forma geral consideraram este evento importante. Esta ideia vem no sentido de querer promover Fafe, por boas razões, e intervir na

questão do turismo para o qual existe um conjunto de linhas estratégicas, e uma delas passa pelo desporto automóvel. Toda a gente conhece Fafe através do Rally, pelo que deve ser potenciada esta modalidade e a gastronomia com o festival da vitela, que vai continuar. Trata-se de outro item que torna diferente no país os fafenses, que é a questão da justiça. Então aproveitou-se o tema da justiça, sendo um princípio básico de todos os valores e, nesse sentido, procurou-se montar uma iniciativa deste género, que tivesse essas vertentes já enumeradas, como tirar as pessoas de casa, estimular a discussão nas ruas, ter impacto na comunidade e no país. Procurou-se, dado tratar-se do primeiro evento deste género, que o mesmo tivesse um impacto grande para que hoje pudessem estar orgulhosos e com vaidade, pelo fato de se ter bem organizado este evento, reduzindo ao mínimo as questões de dificuldades que pudessem vir a crescer. Continuou a dizer que nunca se tinha realizado nada parecido em Fafe e que vai criar tradição. Sobre o custo do evento, disse que estava orçamentado sessenta mil euros e foi à volta disto que se gastou, o monumento custou seis mil euros. Todas as despesas são tratadas pelo código da contratação pública. Ainda, relativamente a este assunto, salientou que houve uma preocupação importante com a comunicação, reafirmando que tudo que não era comunicado, não existe. Não foram compradas notícias, procurou-se chamar jornalistas, convida-los a estarem presentes.-----

-----Sobre o plano diretor municipal e a zona da quinta de Espanha, tentou-se salvaguardar a possibilidade de alargamento do cemitério e alguns desses terrenos terão a sua classificação alterada. No Socorro, existe a limitação das zonas de águas Quando à pista de cicloturismo, a mesma integra a estrutura ecológica municipal e quanto às freguesias, não haver crescimento das zonas urbanizáveis, existem perspectivas de criação de mais meia dúzia de unidades operativas. De referir que se estas zonas, daqui a dez anos, se não forem construídas, voltam a ter a classificação inicial.-----

-----Relativamente ao prédio da Sacor, este executivo, aliás como ninguém nesta sala, quer que este edifício, à entrada desta cidade, fique um mamarracho devoluto, a ser vandalizado. Irá ser feito tudo que estiver ao alcance para resolver o problema daquele prédio. Quanto à questão da compra nesse prédio, por parte da Câmara, para a instalação do Museu do Automóvel, não passou, até agora, de um processo de intenções, não existe nenhum

contrato sendo evidente que a Câmara não vai comprar um espaço num prédio que tiverem problemas enquanto os mesmo não estiverem resolvidos.-----

-----Sobre o PDM, disse que tinha sido um compromisso de todas as forças políticas, e valeu a pena.-----

-----Sobre o gás natural, têm sido feitos contactos com empresas fornecedoras.-----

-----Sobre a sugestão de deslocar o Tribunal de Família de Guimarães para Fafe, a qual agradeceu, entendeu que seria muito útil e aliás já tinha sido discutida, tendo se já recebido uma delegação da Ordem dos Advogados de Fafe, já tinham uma estratégia para procurar concretizar essa ideia que seria separar, não tanto pela distância, mas sim pelo excessiva concentração, de várias tipologias no mesmo espaço, pelo que entende que seria vantajoso diversificar, sendo o que aconteceu no Porto Este um bom exemplo, irá ser feito tudo que estiver ao seu alcance para tentar pressionar e conseguir este objetivo.-----

-----Sobre as Feiras Francas, este ano vão tentar um modelo diferente, vai ser feito em parceria com a Cofafe, que é a estrutura que representa os agricultores, e com o Rancho Folcórico de Fafe. Mas será a Câmara a organizar. Sobre a Senhora de Antime, disse que a vontade de envolver as associações nas festas, é uma vontade que existe deste o principio, mas não será fácil concretizar.-----

----- Quando ao desenvolvimento do mundo do automóvel, disse estarem previstas uma serie de iniciativas nesse sentido, sendo já a primeira uma Feira de Automóvel Usado na praça das Comunidades, que já está anunciada, a primeira feira que será para profissionais e irá realizar-se de 5 a 7 de junho. A ideia será fazer esta e outra em novembro, para os profissionais. No entanto, a ideia seria de abrir isto também às pessoas, ou seja, em Fafe realizar-se-ia uma feira onde quem pretendesse vender o seu carro o pudesse fazer.-----

-----Relativamente a Casa da Juventude disse que não acabará o mandato sem que este assunto esteja resolvido.-----

-----Sobre a questão aqui debatida, da Policia Municipal, houve de fato uma situação que foi uma avaria no sistema informático, que precisa de ser renovado, os computadores dos polícias avariaram todos ao mesmo tempo devido a um vírus, tendo demorado quinze dias a serem reparados. Fato que

criou transtorno. Prosseguiu dizendo que os agentes agora trabalham 24 horas por dia e que contava com o seu profissionalismo, com a sua dedicação à causa.-----

-----Terminou convidando todos os presentes a estarem presentes na próxima terça-feira às três e meia da tarde, para uma reunião com o Senhor Secretário de Estado do Ordenamento do Território sobre o PDM.-----

-----De seguida, o **Presidente da Mesa** deu como terminado o período de Antes da Ordem do Dia, passando-se imediatamente para o **Período da Ordem do Dia**. Passou-se, assim, de seguida ao **ponto dois ponto um – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade Municipal**.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite**, eleito pela CDU, para dizer que esta Assembleia decidiu recomendar à Câmara que encetasse diligências junto da Caixa Geral de Depósitos por causa do mau funcionamento, decorrido cinco meses, nunca viu na atividade municipal este assunto, pelo que solicitou esclarecimentos.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que informou que já tinha sido contactada a Caixa Geral de Depósitos que prometeu que iriam ser efetuadas correções no seu funcionamento.-----

-----Não havendo mais intervenções, passou-se imediatamente ao **ponto dois ponto dois – Apreciação e votação da Renovação de Autorização da Assembleia Municipal para manutenção do procedimento concursal relativo à ocupação de dois postos de trabalho de técnico superior – Geografia e Planeamento/Engº Geográfica (nº 3 do artigo 64º da Lei nº 82-B/2014)**;

-----O **Presidente da Mesa** explicou que se tratava de uma proposta que já tinha sido aprovado pela Assembleia Municipal em setembro de dois mil e treze, mas como, entretanto, não foi desencadeado o concurso, ela volta, de novo, para ter nova autorização.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Câmara** que explicou que esta proposta decorre de uma obrigação legal, uma vez que não se concretizou o concurso no prazo de seis meses, a sua continuação tem de ser autorizada.-----

-----Não havendo intervenções, foi colocado à votação, sendo **aprovado, por unanimidade**.-----

-----Seguidamente, passou-se para o **ponto dois ponto três - Apreciação da informação da Câmara relativa aos Compromissos Plurianuais assumidos no 4º trimestre de 2014; – Adiantamento;**-----

-----Posteriormente, passou-se ao **ponto dois ponto quatro – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à Prestação de Contas de 2014;**

-----Usou da palavra o **Presidente da Câmara** para dizer que se trata de um documento muito técnico, no entanto salientou alguns pontos. As contas agora vêm certificadas e auditadas pelos nossos revisores oficiais de contas, como se pode ler no parecer, o mesmo é positivo, favorável. Tem no seu ponto sete uma reserva, que tem a ver com as questões patrimoniais, nomeadamente, com a Indaqua, dado que o património que foi passado para a mesma até dois mil e um, não foi valorizado, ou seja, o seu valor patrimonial é zero, e depois, dessa data, foi valorizado mas nunca foi amortizado. Disse que o Município tem as suas contas equilibradas, foi utilizada uma pequena parte da margem de endividamento que é permitido, o único empréstimo que fizemos foi para comprar as casas da urbanização José Saramago. Prosseguiu dizendo que continuaram a investir, fizeram a ampliação do Centro Educativo de Montelongo, a conclusão dos projetos da feira semanal e do arquivo municipal. Foram investidos em via cerca de 842 mil euros, foram pagos os terrenos da antiga estação do caminho de ferro da CP e investimentos financeiros, no âmbito da realização de capital subscrito com as Águas do Noroeste. A Câmara aplicou 13,5 milhões de euros em programa de educação e de apoio social, tendo encerrado o ano de 2014 sem dívida a fornecedores.-----

-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa** eleito pelo PSD, que começou por dizer que este documento é técnico e tendo em conta que as contas foram auditadas por um revisor independente, do ponto de vista, devemos todos estar tranquilos sobre a apresentação das mesmas. Prosseguiu dizendo, que pretendia tecer dois comentários e uma crítica sobre estes documentos. Os comentários têm a ver com o aumento significativo de parte da derrama, ou seja, pode observar neste documento que existe um acréscimo face ao exercício anterior de 34,95%, ou seja, o cofre do Município de Fafe cresceram em 2014 face a 2013, também, à custa da massa empresarial desta terra. Continuou dizendo que, num período difícil que, o nosso país e as nossas famílias atravessam, penalizar os que criam trabalho no nosso concelho é a

altamente prejudicial. O PSD, neste orçamento, apoiou a taxa de derrama que foi apresentada pelo Município, observando que as receitas que viriam desse imposto seriam para aplicar, também elas, no tecido empresarial, e por lhe parecer que este não é um ponto atrativo para empresas que pretendem ficar-se em Fafe. Durante o discurso do 25 de abril, o Presidente da Câmara disse que os quadros comunitários eram uma prioridade para este executivo e para o exercício do seu mandato. Sabe que já foram efetuadas diligências para que no futuro se possa aproveitar de forma objetiva os fundos comunitários para o desenvolvimento de Fafe o que não acontecia no passado, mas referiu que sabe da existência de estruturas aprovadas para execução no município de Fafe, nomeadamente junto da CIM do Ave, concretamente o processo de desmaterialização dos processos informáticos que, paulatinamente, tem sido adiado e, assim, sendo se pode alavancar este assunto, para que o desenvolvimento de Fafe, nesta matéria, não continue a ser protelado, pois se existem fundos, se existem verbas para esse fim, não será de bom tom que este executivo não as aproveite. Teceu, ainda, vários comentários políticos. Sobre o tema Terra Justa, felicitou a iniciativa por entender que tudo que promove a nossa terra é bom para o desenvolvimento da mesma, no entanto, entende que se deve utilizar os agentes locais para essa promoção, uma vez que, ao fazê-lo, está se a injetar na economia local os ativos. Quanto ao resto, disse que se percebe que existe um acompanhamento mais próximo daquilo que foi o orçamento, com a execução da rubrica do plano, por isso o PSD, pela segunda vez consecutiva, vai apoiar a aprovação destas contas, uma vez que estão convencidos que, no futuro, o valor que se obtém através da derrama será efetivamente aplicado naquilo que será o desenvolvimento dos nossos empresários em Fafe.-----

-----Solicitou, também, a palavra **José Manuel Gonçalves Domingues, eleito pelo IPF**, para dizer que como documento técnico, nunca teve dúvidas de que seria bem executado, como não tem dúvidas que o Município tem as contas equilibradas. A capacidade de endividamento mantém-se em níveis muito razoáveis. Disse ter apenas duas questões, sendo a primeira relacionada com aquilo que o Município gasta naquilo que tem que fazer, e aquilo que gasta na máquina que vai gastar esse dinheiro para fazer o que tem que fazer, ou seja, do orçamento, 40% é para investimento, e os outros 60% são para

despesas correntes, pelo que alertou a Câmara para tentar dar a volta a este bico de obra que, noutros tempos, já foi exatamente ao contrário. A segunda teve tem a ver com a taxa de execução orçamental, que lhe parece um tudo ou nada a baixo do esperado.-----

-----Foi dada a palavra a **Raul Manuel Rebelo Cunha, eleito pelo PS**, que começou dizendo que, relativamente a este documento que corresponde ao primeiro ano de exercício de gestão deste executivo, pareceu razoável concluir que se manteve uma boa tradição dos mandatos anteriores, de ter uma gestão cuidada daquilo que é a coisa pública. Prosseguiu, dizendo que este documento é técnico que permite avaliar o que foi feito ou não. Relativamente ao orçamento, a sua execução foi muito razoável, com uma taxa a rondar os 85% ao nível da execução orçamental da receita, e 81% ao nível da despesa. As despesas correntes, continuam a ser inferiores as saídas correntes, o que permite alocar recursos financeiros em investimento, e só assim é possível continuar a manter o investimento, tendo em conta que as transferências do Orçamento de Estado têm vindo a diminuir. Pelo que, só uma poupança nas despesas correntes permitirá pegar na receita corrente e transforma-la em despesas de capital. Houve um investimento aproximadamente de 7 milhões de euros. Teceu, também, vários comentários políticos. Quando às transferências, é mantido um valor elevado, pelo que se mantém um boa prática, sendo à volta de 5,3 milhões de euros para transferências, 2,6 milhões de euros para freguesias e à volta de 2 milhões para transferências para instituições do concelho. Quanto ao endividamento, existe uma dívida de médio e longo prazo de 4,5 milhões de euros, valor muito longe da capacidade de endividamento do Município, sendo, na sua opinião, bom que assim se mantenha. Sobre a prioridade que este executivo tem dado à ação social e à educação, entende que se deve continuar a apoiar. Por fim, disse existir um resultado operacional positivo, um resultado líquido muito parecido com o do ano anterior.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada à votação, sendo **aprovado, por maioria com dez abstenções**.-----

-----De seguida, passou-se ao **ponto dois ponto cinco – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à aplicação de resultados**;-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** para explicar que a afetação dos resultados é a prevista na Lei.-----

-----Não havendo mais intervenções, foi colocada a votação, sendo **aprovada por maioria com uma abstenção**.-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto seis – Apreciação das declarações a que se refere o artigo 15º da Lei 8/2012 de 21 de fevereiro**;-----

-----A Assembleia Municipal **tomou conhecimento**.-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto sete – Apreciação do Mapa de Inventário de todos os Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva Avaliação – Ano de 2014**;-----

-----Solicitou a palavra **Rita Simone Domingues Grandinho, eleita pelos IPF**, que começou a sua intervenção dizendo que os Independentes por Fafe gostariam de ver esclarecidas algumas dúvidas, nomeadamente no mapa de inventário onde consta a aquisição de um terreno para um polidesportivo no Centro Educativo de Regadas, pelo valor de 110 mil euros, tendo questionado sobre a área do mesmo, e se o polidesportivo é o único prédio que será lá construído. Quanto aos seis fornos a lenha que foram adquiridos pelo Município, tendo em conta o valor pago à empresa organizadora e sabendo que também foram suportados pelo Município os custos de aluguer da tenda, não se estará a cometer, novamente o mesmo erro repetido com a Naturfafe. Prosseguiu dizendo que, a ser assim, visto que a autarquia assume grande parte das despesas inerentes à realização desta festividade, os valores cobrados pela empresa organizadora são afinal para pagar que tipo de serviço. Ainda no mapa geral de bens móveis abatidos, quanto aos artigos referidos na parte final, ou seja um elemento banho maria com estufa, um fogão, uma hot, com tantas IPSS neste concelho, questionou sobre o fato destes artigos terem sido postos à disposição de quem os pudessem reutilizar ou se estavam em tal estado de degradação que não tinham arranjo possível. Falou, também, sobre os telemóveis abatidos que certamente daria, ainda, para efetuar e receber chamadas, terão mesmo ido para destruição ou foram cedidos a terceiros. Não teria sido melhor oferecer a quem precisa. Relativamente ao tema que gerou alguma polémicas nas redes sociais, os telemóveis top de gama adquiridos pela Autarquia, disse que as várias operadores permitem a celebração de contratos em que os equipamentos são fornecidos a custo zero ou em alguns modelos por preço bem mais reduzido, pelo que perguntou porque não se tinha

optado por esta solução. Sabendo que todos os bens referidos em inventário devem estar devidamente identificados, como pertença do município, pelo que perguntou se esses artigos se encontram com a respetivas identificações.-----

-----Solicitou a palavra o **Presidente da Câmara** para prestar esclarecimentos relativamente à questão colocada sobre os fornos, referindo que os mesmos, inicialmente, foram alugados e como já tinham sido utilizados, foi possível comprar-los por um preço muito mais acessível, atendendo que a iniciativa vai ser repetida. Sobre os telemóveis, disse que os telemóveis abatidos estão junto dos outros todos que aos longos dos anos se foram utilizando. Este ano foi feito um concurso para fornecer chamadas e existia uma prática de incluir no mesmo o fornecimento de telemóveis que vinham para o Município e que eram distribuídos pelos funcionários que, se o entendesse, poderiam ficar com o mesmo, mediante o pagamento de um determinado valor. Pelo que não se sabia a quem pertenciam, pelo que optarem por fazer o tal concurso só para chamadas e uma vez que a empresa vencedora do mesmo não era a mesma que tinha fornecido os telemóveis existentes, foi necessário adquirir uns novos, foi comprado um pacote de telemóveis que são propriedade do Município.-----

-----Seguidamente passou-se para o **ponto dois ponto oito – Apreciação da informação da Câmara relativa aos Compromissos Plurianuais assumidos no 1º trimestre de 2015;**-----

-----Passou-se para o **ponto dois ponto nove – Apreciação e votação da proposta da Câmara relativa à cedência do edifício da escola de Adonela à Freguesia de Antime e Silvares S. Clemente;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente de Câmara** que disse que era prática este tipo de cedências às juntas, pelo valor simbólico de quinhentos euros.-----

-----Solicitou a palavra **Alexandre Dias Leite**, eleito pela CDU, para dizer que em fevereiro, a Assembleia tinha aprovado uma recomendação à Câmara, para que fizesse um regulamento de cedência dos edifícios municipais, solicitou, por isso, esclarecimentos sobre o fato da Câmara propor esta cedência antes da apresentação do regulamento.-----

-----Solicitou, também, o **Presidente da Junta de Freguesia de Aboim, Gontim, Felguerias e Pedraído**, para dizer que relativamente ao regulamento referido pelo deputado Alexandre Leite, tem ideia que já tinha vindo a esta

Assembleia em 2003/2004, um regulamento desse género onde existia um alínea que previa que, desde que os edifícios fossem cedidos não poderiam ser vendidos, nem utilizados para outro fim do que o previsto, podendo a Câmara os reaver se tal acontecesse. Fez um pedido ao Presidente da Câmara para resolver a questão da escola da Lagoa que foi cedida à Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova.-----

-----Solicitou a palavra **Alberto Joaquim Costa Alves, eleitos pelos IPF**, que começou por dizer que é entendimento da sua bancada, sempre que aparecem situações deste género, votar favoravelmente, sobre o regulamento. Disse que o mesmo seria importante dado existirem muitos a ficar degradados, não sabendo se a junta de freguesia, proprietária desses edifícios, tem capacidade financeira para poder realizar as obras de manutenção. Também existem edifícios que são utilizados por terceiros, pelo que entende que o regulamento deveria existir.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Junta de Freguesia de Moreira de Rei e Várzea Cova** que iniciou a sua intervenção dizendo que estando-se a discutir uma questão de venda de um imóvel, não se pode onerar o mesmo, ou é feito um contrato de comodato ou uma venda, como têm sido feitas.-----

-----Colocado à votação, **foi aprovado, por maioria, com uma abstenção.**-----

-----De seguida, passou-se para o **ponto dois ponto dez – Apreciação e votação da proposta da Câmara sobre o Fundo Fafe Finicia – Fundo de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Concelho;**-----

-----Foi dada a palavra ao **Senhor Presidente da Câmara** que explicou trata-se de mais um passo na política de apoio aos empresários e aos pequenos empreendedores, que entronca um pouco na utilização da derrama, estando a pensar, este ano, devolver aos empresários muito mais que os 500 mil euros da derrama sendo que se trata de um fundo que permite ajudar pequenas e micro empresas a poderem ter um apoio de financiamento, em que a Câmara contribui com uma parte e a banca com outra.-----

-----Solicitou a palavra **Miguel Summavielle, eleito pelos IPF**, que começou dando os parabéns ao Presidente da Câmara pela iniciativa e ao executivo por lançar este programa de incentivo ao tecido empresarial do concelho. Entende ser um sinal, o primeiro de muitos, que podem e devem ser

feito para ajudar os empresários e as empresas que são a alavanca da nossa economia. Este sinal é tanto ou mais importante quando vêm de um executivo que sucede a um outro, onde os empresários eram vistos como aldrabões e que não mereciam qualquer ajuda, palavras estas proferidas numa Assembleia municipal em 2008, precisamente onde foi discutida a baixa da derrama. Prosseguiu dizendo que, este sinal era ténue e pouco audacioso, baseando num programa sustentado numa parceria com organismos estatais e com a banca pública oferecendo apenas 20 % de quarenta e cinco mil euros, máximo de investimento apoiado, ou seja, nove mil, sem juros, e sendo o capital reembolsável no máximo em seis anos, ou seja, o apoio do Município é efetivamente de cerca de quatro mil euros, ou seja, o valor que se pouparia em juros, o que é pouco. No entanto, todo o processo de parceria está feito na ótica da salvaguarda dos interesses da banca, tendo-se a Norgarante como parceira para ajudar a securizar o dinheiro emprestado e cobrando entre 2,5 a 3 % por ano para emitir uma garantia que apenas interessa aos bancos. Para não falar das ações que obriga a comprar e das comissões de custódia das ações, que, como não são ao portador, têm de ficar depositadas em algum banco e, portanto, é mais uma comissão. Depois dos 250 mil euros do programa que se esgotam em cinco projetos, se todos eles atingirem os 45 mil ou pouco mais do que isso, o Município entra com 50 mil, que deposita imediatamente com juros calculados com base na Euribor a trinta dias, menos 1 %, se pensarmos que a Euribor está neste momento a 0,034 %, com facilidade percebemos que o Município vai pagar para ter o dinheiro depositado. Finalmente, o Regulamento das candidaturas não esclarece como se faz a sua classificação, não concretiza sobre quais as mais valias que as empresas devam ter e, portanto, faça-se a sua qualificação com base nisso. Nem sequer, imagine-se, valoriza a criação de postos de trabalho. Por tudo isto, o Presidente da Mesa, propôs que esta proposta fosse retirada e enviada para a Comissão dos Regulamentos para ser analisada e apresentado um texto que seja consensual.-----

-----Solicitou a palavra **Manuel Cunha, eleito pelo PS**, para questionar o Presidente da Câmara se este fundo era para todas e quaisquer empresas ou só algumas, e se também, estavam incluídas as empresas de sucata,

atendendo que no Regulamento do Plano Municipal de Fafe, as mesmas são proibidas no território de Fafe.-----

-----Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que disse, relativamente a este Regulamento, tratava se de um documento fechado, sendo estas as regras, no entanto, não existia problema algum da Comissão analisar o documento e poder melhora-lo.-----

-----Pelo Presidente da Mesa foi dito que, não havendo oposição dos membros aqui presentes, **a Assembleia deliberou, por unanimidade, não se pronunciar acerca da proposta, remetendo-a, previamente, à Comissão de Regulamentos constituída.**-----

-----Por fim, passou-se para o **ponto dois ponto onze – Discussão e votação das propostas da Comissão de Apreciação dos seguintes Regulamentos:**-----

-----**ponto dois ponto onze ponto um - Regulamento do Cartão Municipal do Idoso;**-----

-----**ponto dois ponto onze ponto dois - Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública do Município de Fafe.**-----

-----Usou da palavra o **Presidente da Mesa** para dizer que a informação que lhe tinha sido transmitida, foi a de que houve reunião da Comissão dos Regulamentos, em que estiveram presentes o PS, os IPF e a CDU, não tendo estado presente o PSD, mas o coordenador da Comissão informou que contactou com o PSD para avaliar se havia alguma alteração ou alguma sugestão, o que não veio a acontecer. Por isso estes dois regulamentos estavam em condição de serem votados.-----

-----Solicitou a palavra **Jorge Adélio Martins Pereira da Costa, eleito pelo PSD**, para explicar que de fato o PSD o seu representante, por motivos profissionais, não esteve na reunião. No entanto os regulamentos foram discutidos, não havendo nenhuma alteração para ser introduzida, da parte do PSD.-----

-----Colocado à votação, primeiro o **ponto dois ponto onze ponto um - Regulamento do Cartão Municipal do Idoso**, tendo sido **aprovado, por unanimidade.**-----

De seguida, o ponto dois ponto onze ponto dois - Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Sólidos e Limpeza Pública do Município de Fafe, tendo sido, **aprovado, por unanimidade.**-----

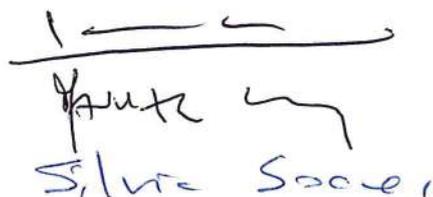
-----Solicitou a palavra **Alexandre Leite, eleito pela CDU**, para dizer que estava em falta o Regulamento da Publicidade, que ainda não tinha sido apreciado pela Comissão de Regulamentos.-----

-----Terminada a Ordem de Trabalhos, o **Presidente da Mesa** colocou a votação a ata da sessão ordinária realizada em vinte e sete de fevereiro de dois mil e quinze, tendo sido **aprovada por maioria, com uma abstenção.**-----

-----Posteriormente, o Presidente da Mesa deu a palavra ao público.-----

-----Não havendo intervenções, foi dada a palavra à Segunda Secretária, que procedeu à leitura da minuta da ata da presente sessão. **Colocada a votação, foi aprovada, por unanimidade.**-----

-----Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente sessão quando eram meia hora e trinta minutos do dia um de maio de dois mil e quinze.- E nos termos legais e regimentais se lavrou a presente ata que, nos termos do artigo cinquenta e sete da Lei número setenta e cinco de doze de setembro de dois mil e treze, será assinada pelos Membros da Mesa.-----


Silve Soares